

SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, DINÂMICA POPULACIONAL E REDE URBANA NA CIDADE DE PARINTINS/AM¹

Thiago Pimentel Marinho

*Estudante do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amazonas
Membro Colaborador do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia
Brasileira – NEPECAB/UFAM
Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq*

Tatiana Schor

*Doutora em Ciência Ambiental pela Universidade de São Paulo
Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades
da Amazônia Brasileira – NEPECAB/UFAM
Professora Adjunta no Departamento de Geografia da Universidade
Federal do Amazonas*

1 Este artigo é oriundo de pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas, desenvolvida pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira e por meio do Projeto “O Impacto da Consolidação do Pólo Industrial de Manaus nas Cidades do Amazonas: O caso de Itacoatiara e Parintins” Edital MCT/CNPq CAPDA Processo No. 575780/2008-8. O financiamento e apoio logístico para a realização do Trabalho de Campo em Parintins contaram com os recursos disponíveis nesse projeto.

Introdução

Amazônia e floresta parecem sinônimas. Muito se escreve e se estuda o ecossistema amazônico. Nesses estudos as cidades e o urbano aparecem, quando isso acontece, como quistos deslocados. Harvey (1996) nos ensina que o estudo do mundo contemporâneo requer o entendimento dos sistemas sócio-ecológicos nos quais as cidades devem ser compreendidas como habitats contemporâneos, onde as mais diversas relações ocorrem.

As cidades na Amazônia assumem nos estudos urbanos duas vertentes: as ribeirinhas (J. OLIVEIRA, 2000; TRINDADE JÚNIOR, 2008) e as de fronteira (BROWDER & GODFREY, 2006; BECKER, 1982). Cada uma com uma dinâmica sócio-econômica diferenciada, sendo as ribeirinhas consideradas de ritmo lento e as de fronteira com uma dinâmica acelerada de transformação. De fato esta realidade existe, porém não tão esquemática. Para melhor compreender a dinâmica urbana contemporânea na Amazônia é necessário superar essa dicotomia e entender, entre outros aspectos, a estrutura intraurbana que as caracterizam. Porém, os arcabouços teóricos e os procedimentos metodológicos para o estudo das cidades no Brasil pouco se adequam a realidade da Amazônia. Como estudar as

cidades da Amazônia a partir de uma fundamentação teórica vinda de estudos metropolitanos? Como se caracterizam os espaços intraurbanos nas cidades amazônicas, em especial aquelas localizadas fora dos circuitos das estradas federais? O quê ou quem pode relacionar as principais causas de segregação dessas cidades? Como entender as periferias urbanas com seus grupos sociais e demais características que as tornam únicas?

A primeira dificuldade está na adequação de escalas e conceitos. Os estudos urbanos no Brasil se concentram basicamente no espaço intraurbano metropolitano da região sudeste do país. Se entendermos que no Amazonas todas as cidades, exceto a cidade de Manaus, possuem uma população relativamente pequena, tendo Parintins, à segunda cidade do estado, pouco mais de 100 mil habitantes (IBGE, 2007), torna-se evidente que muitos elementos relacionados à origem, causa e consequência dos problemas urbanos de uma metrópole não se adequam a realidades menores.

Contudo, elementos como desigualdades de acesso a equipamentos urbanos, infraestrutura básica e heterogeneidade social presentes nas periferias urbanas são realidades que indepen-

*Segregação socioespacial,
dinâmica populacional e
rede urbana na cidade de
Parintins/AM*

2 A juta é uma fibra têxtil vegetal que cresce em climas úmidos e tropicais. Tem sua origem na Índia, mas prefere-se atribuir a origem da Corchorus Capsulares à região Indo-Burmânica, no sudeste da Ásia, enquanto outra espécie, a Corchorus Olitorius é originária do Kordofan, no Sudão Anglo-Egípcio. Entretanto, a juta encontrou região privilegiada na Bacia do rio Ganges, na Índia, onde foi cultivada originalmente no ano de 1837. No Brasil, em especial do Amazonas, ela foi à matéria prima para a produção de sacarias para o café antes do surgimento do polipropileno (sacarias de plástico), uma das causas principais para o declínio desse ciclo econômico em Parintins.

dem de questões de escalas presentes tanto em São Paulo quanto em Parintins, ou qualquer outra cidade. De modo que abordagens gerais sobre tais conceitos são insuficientes para responder os questionamentos supracitados.

Os estudos metropolitanos direcionados às periferias urbanas, exceto trabalhos mais pontuais, são inviáveis se não forem necessariamente baseados em dados estatísticos oriundos das instituições de pesquisa nacionais tais como IBGE, IPEA e SUS. Estudos realizados nas cidades da calha dos rios Solimões-Amazonas/AM, coordenados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB), revelam que tais dados para a região ocultam uma série de elementos presentes nessas cidades que, se considerados, conduzem a outro entendimento sobre sua rede urbana. Faz-se, então, necessário um ir e vir entre o geral e o específico para possibilitar considerações mais próximas da realidade dessas cidades.

O estudo, que dá origem a este artigo, ganha importância ao trazer para as cidades do Amazonas, além de Manaus, discussões sobre a segregação socioespacial intraurbana, que aqui entendemos como um conjunto de elementos construtores de exclusão social decorrentes de isolamento, desigualdade de acesso a equipamentos e infraestrutura básica, com uma heterogeneidade externa e homogeneidade interna dos grupos sociais no espaço. Tais discussões possibilitam entender melhor não somente a cidade de Parintins, fundamentando políticas públicas mais eficazes, mas conduzem outras pesquisas sobre esse tema em outras cidades.

A cidade de Parintins, localizada na região do Baixo-Amazonas na calha do rio Amazonas foi escolhida por ser, segundo Schor & Costa (2007), uma cidade média de responsabilidade territorial, o que faz com que exerça influência e tenha uma relação intrincada com as demais cidades que compõe a rede urbana do rio Amazonas. Esta responsabilidade se baseia no fato da cidade exercer diversas funções urbanas e institucionais importantes não só para si,

mas também para os municípios ao seu redor.

Sua economia, assim como os outros fatores, repercute nos municípios ao redor e agrega valor na região, os dois ciclos econômicos mais importantes do município exemplificam isso. O primeiro, a juta², que teve Parintins como principal pólo de produção, industrialização e comercialização no Amazonas, até o seu declínio no início dos anos de 1980. O segundo, turismo, por meio do Festival Folclórico do Boi-Bumbá, tornou a cidade conhecida nacional e internacionalmente. Esse último consolidou o percurso iniciado pelo primeiro e fez com que a cidade pudesse ter hoje uma economia externa/global exercendo relações regionais, nacionais e internacionais. Tudo isso fez com que a cidade englobasse tanto características gerais (globais) quanto específicas (locais) da produção do espaço urbano.

No geral a cidade possui uma dinâmica de produção do espaço urbano semelhante às metrópoles do sudeste brasileiro, com uma concentração dos grupos mais abastados no centro e os mais pobres nas periferias, mas tendo essa última uma expressiva heterogeneidade social que também se mostra semelhante às grandes metrópoles. No específico mantem expressivas relações com o campo, assim como outras cidades do Amazonas, e nas periferias os grupos sociais organizam estratégias de sobrevivência a partir das disponibilidades locais, que permite pensar em uma perspectiva mais ampla para outras cidades do Amazonas.

Segregação Socioespacial nas Cidades da Amazônia Brasileira: O caso de Parintins

Analisar a segregação socioespacial nas cidades da Amazônia não é uma atividade óbvia, pois não se apresentam na paisagem espaços visivelmente segregados, porém isso não quer dizer que eles não existam. Para se captar a segregação socioespacial nas cidades do Amazonas analisar-se-á Parintins, a segunda maior cidade do Amazonas com aproximadamente 100 mil habitantes (IBGE, censo de 2007) (Figura 01).

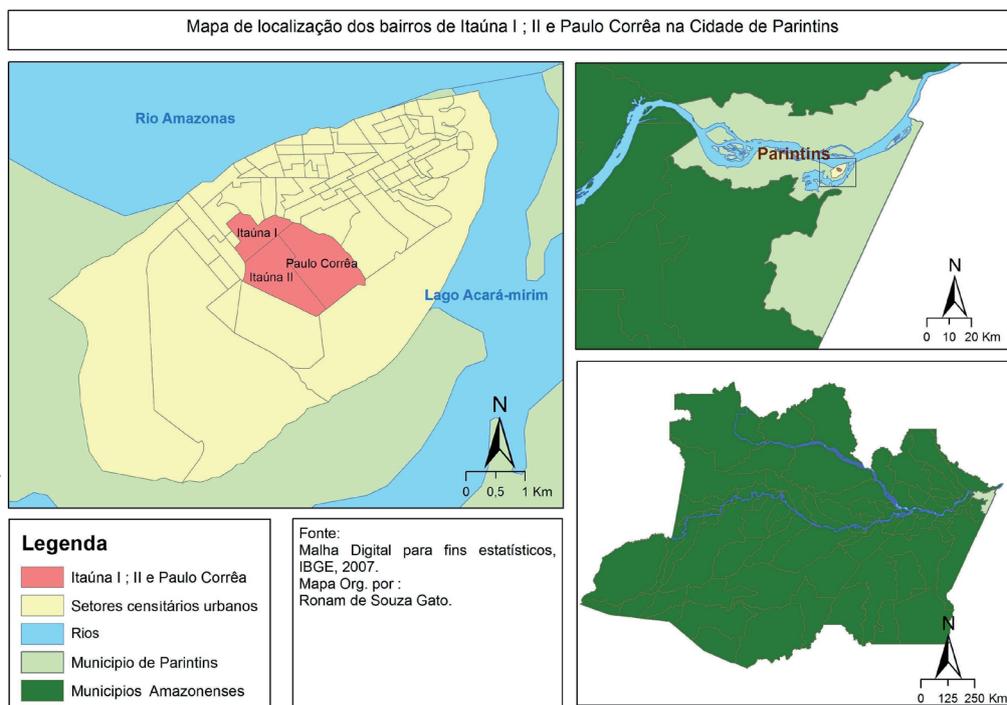


Figura 01 – Localização da Área de Estudo.

Fonte: Acervo NEPECAB, 2009.

A cidade de Parintins, localizada a margem direita do rio Amazonas, é conhecida nacional e internacionalmente por ter um dos maiores festivais folclóricos do país, o Boi-Bumbá. Devido ao festival, o turismo é uma das economias do município recebendo turistas durante todo ano, em especial no mês de junho, quando acontece no último final de semana o festival. Além disso, o município é um dos principais produtores agropecuários do estado do Amazonas, perdendo a liderança em 1996 para Boca do Acre, sendo atualmente o terceiro no ranking estadual, atrás dos municípios de Lábrea e Apuí (IBGE, censo agropecuário 1996-2007).

Em Parintins foi analisada a segregação socioespacial por meio de duas abordagens, nas quais se revelam distintas opiniões a respeito das distribuições dos grupos sociais no espaço intraurbano. Esta análise teve por objetivo, além de fortalecer as interpretações expostas neste trabalho sobre segregação socioespacial intraurbana, permitir uma adequação teórico-conceitual das problemáticas decorrentes desse processo para as cidades médias³ do Amazonas a partir da cidade de Parintins.

Villaça (2001) analisa a segregação por uma vertente econômica, em uma associação entre classes sociais e moradia. Segundo ele, “segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais ou conjuntos de bairros [grifo no original] da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p.142). Tal concentração não se refere à ausência de outras classes sociais, mas a capacidade de concentrar no espaço uma classe. Desse modo, a segregação está associada somente à concentração de classes no espaço intraurbano.

Para Villaça (2001) há uma distinção de segregação em relação a grupos e classes sociais. A segregação de grupos está associada a processos étnicos e nacionalistas, por exemplo. Já a segregação das classes sociais decorre de uma luta por localização na cidade. A distribuição das classes sociais no espaço admite a presença da classe alta na periferia e da pobre no centro, no que chama de centro nas periferias e periferias no centro, mas “de maneira geral essa dicotomia corresponde à verdade” (VILLAÇA, 2001, p.148).

3 A classificação de cidade média aqui apresentada está baseada na tipologia proposta pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira – NEPECAB/UFAM em que insere a cidade Parintins na categoria de cidades médias de responsabilidade territorial.

Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/AM

4 O setor censitário é a menor unidade territorial criada pelo IBGE a fim de controle cadastral de coleta. Deste modo, compreendem todo território nacional tanto no campo quanto na cidade. Os setores censitários urbanos são determinados por um limite de domicílios e não necessariamente respeita os limites dos bairros, por isso ao associarmos na análise os setores aos bairros isso não significa que estes correspondem a um bairro por completo, podendo ser menor ou compreender mais de um bairro.

5 Preferimos não utilizar os setores 49 e 50, devido sua localização fora do perímetro urbano, embora estivessem classificados como urbano.

6 O salário mínimo no ano 2000 correspondia a R\$ 150,00.

7 Fossa séptica, quando a canalização do banheiro ou sanitário estava ligada a uma fossa séptica, ou seja, a matéria era esgotada para uma fossa próxima, onde passava por um processo de tratamento e decantação sendo, ou não, parte líquida conduzida em seguida para um desaguadouro geral da área, região ou município (Censo Demográfico 2000 - IBGE).

8 Fossa rudimentar, quando o banheiro ou sanitário estava ligado a uma fossa rústica (fossa negra, poço, buraco, etc.) (Censo Demográfico 2000 - IBGE).

A classe alta tende a se concentrar em áreas mais próximas ao centro, o qual se caracteriza como dotado da maioria dos serviços urbanos, e a periferia seria subequipada e longínqua, ocupada predominantemente pelos pobres excluídos. Então, a segregação é uma luta de classes em um processo dialético, ao mesmo tempo em que a classe rica se segrega produz a segregação da classe pobre.

Marques (2005) propõe outra discussão acerca dos estudos das periferias urbanas metropolitanas (num estudo sobre a metrópole paulista), que, segundo o autor, traz nos últimos trinta anos uma visão excessivamente simplificadora, a qual interpreta as periferias e seus problemas por meio de uma homogeneidade social. Apesar de a periferia ser o local de destino dos menos favorecidos, em sua grande maioria, não há ali um grupo social, mas vários grupos sociais de classe alta, média, baixa em suas subclasses.

A segregação socioespacial seria então um processo heterogêneo, que produz separação e concentração de grupos sociais, assim como produz e reproduz desigualdades sociais no espaço, envolvendo três processos distintos: isolamento (a localização como agente segregador), desigualdade de acesso (em várias acepções da expressão) e homogeneidade interna e heterogeneidade externa. Nesse sentido, o conceito perpassa não somente pelo âmbito de disputa por localização no espaço urbano e concentração de grupos sociais, mas discute as desigualdades presentes nele. Embora em alguns casos exista uma renda semelhante em certos grupos sociais, isso é insuficiente para afirmar que se encontram na mesma situação de vulnerabilidade social, a anexação de outras variáveis torna possível essa visualização.

Após essas duas abordagens sobre a segregação, pode-se perceber que somente a vertente econômica torna-se incapaz de analisar os espaços intraurbanos e sua complexidade. A segregação socioespacial não pode ser entendida apenas num reducionismo de concentração de grupos sociais e uma generalização dos espaços urbanos. Dessa maneira, não permite um

entendimento melhor da heterogeneidade da periferia sendo entendida como um todo em que processos e problemática são diluídos de forma simplista, o que prejudica a eficácia de estratégias políticas para o combate a pobreza e segregação urbana.

Para se entender o espaço intraurbano e as periferias da cidade de Parintins foram produzidos mapas temáticos tendo como base de dados o Censo Demográfico 2000 por setor censitário⁴. O que se pretendeu ao analisar os setores censitários da cidade de Parintins⁵ foi identificar na cidade os setores com situações de pobreza e vulnerabilidade social que merecem destaque. As variáveis utilizadas aqui foram rendimento nominal mensal por domicílio⁶, e taxa de domicílios com fossa séptica⁷ e fossa rudimentar⁸. A variável rendimento nominal mensal, analisada de forma única, não é satisfatória para determinar as distribuições e delimitações dos grupos sociais no espaço, mas, aliada a outras variáveis, há uma possibilidade de atingir esses objetivos. O que se percebe em uma comparação com os domicílios com ½ a 1 e 5 a 10 salários mínimos, é que mesmo para cidades menores como Parintins, existe a possibilidade de considerar uma concentração dos grupos sociais no espaço.

Os setores com menor número de domicílios com rendimento mensal de ½ a 1 salário mínimo se concentram em partes do centro (setores 1, 2 e 6), do bairro da Francesa (setores 3 e 4), do bairro do Palmares (setor 15) e do bairro Vitória Régia (setores 20 e 27). Nesses setores, localizados em bairros mais antigos, percebe-se certa concentração, há também uma descontinuidade referente aos setores 51 e 52 (parte do bairro de Dejud Vieira), pois estão situados em áreas mais novas.

Quanto aos setores que apresentam com maior número de domicílios com rendimento mensal de ½ a 1 salário mínimo, apenas um se destaca, o setor 36 (parte do bairro de Paulo Corrêa), o qual possui o maior índice da cidade, nesse mesmo sentido apesar de números diferentes, mas muito parecidos, pode-se perceber uma concentração de setores próximos ao setor 36, os quais apresentam a mesma situação.

Tais setores compreendem os bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa que representam a área de expansão da cidade (Figura 02).

Os setores 29 e 32 apresentam o mesmo índice dos setores ao redor do setor 36, contudo esses se localizam no outro lado da cidade. O bairro de Palmares, onde estão inseridos tais setores, antes dos três bairros supracitados foi uma área de expansão urbana, mas devido à cidade de Parintins ser uma ilha (Ilha de Tupinambarana) esse chegou ao seu limite de expansão associado ao seu tempo de criação, dez anos antes da criação do primeiro dos três bairros, estabilizando-se.

Apesar de se perceber uma estrutura de renda semelhante, isso não significa necessariamente que possuem as mesmas cumulatividades de carências, isto é, nem todas as ausências de infraestrutura são as mesmas nos bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa. O bairro do Palmares devido uma série de motivos, os quais necessitam uma melhor investigação, abarca um conjunto de equipamentos urbanos e infraestrutura mais significativo e a maior tempo do que os bairros que os bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa, o que afeta de maneira direta na qualidade de vida de seus moradores.

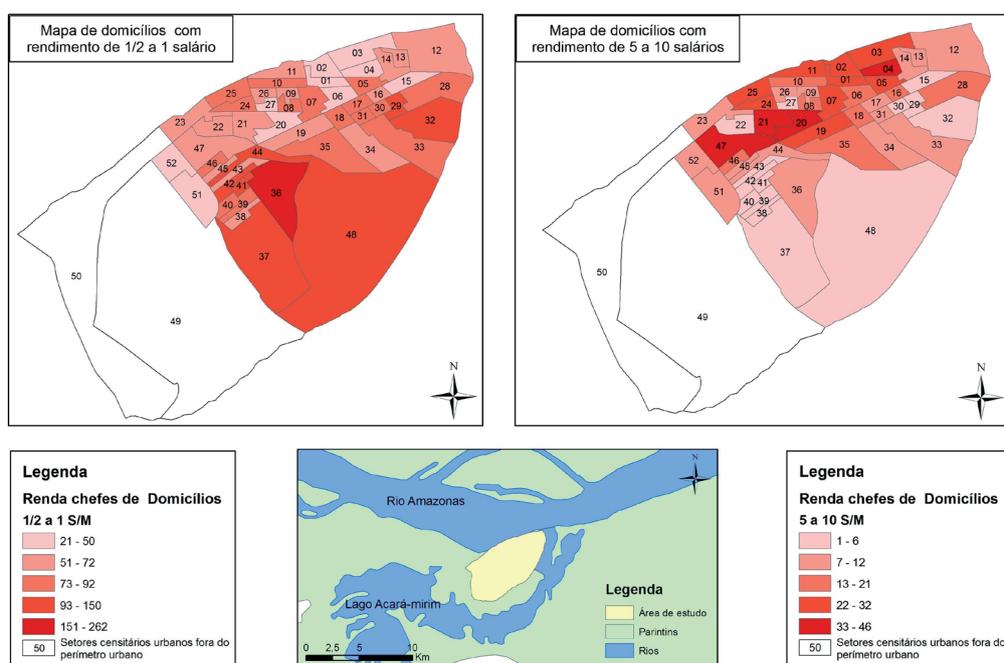


Figura 02 – Mapa de Parintins por domicílios com rendimento de até 1 salário mínimo e de 5 a 10 salários mínimos.

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Obs.: Base cartográfica dos setores censitários sem referência espacial disponibilizada no sítio do IBGE. Org. por Ronam Gato. Data: Out. 2009.

Há uma mudança de extremos quando analisamos os domicílios com rendimento entre 5 a 10 salários mínimos (Figura 02). Este índice nos permite uma visualização melhor de uma possível distribuição dos grupos sociais no espaço intraurbano de Parintins. Os setores com maior número de domicílios com renda entre 5 a 10 salários mínimos localizam-se em bairros mais antigos como os setores 4 (bairro da Francesa), 20 (bairro Vitória Régia) e 21 (bair-

ro de São José Operário). Entretanto, pode-se encontrar essa renda no setor 47 (bairro de João Novo), que foi criado pouco depois do bairro de Itaúna I, o que relata uma expansão na classe alta da cidade para a zona oeste, área de expansão da cidade.

A respeito dos setores com menor número de domicílios com essa renda, a concentração fica mais clara nos setores que compreendem

Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/AM

os bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa (setores 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 48). Neste caso, também há descontinuidades na zona leste com os setores 15 (bairro de Santa Rita) e 30, 29, 32 (bairro de Palmares), além de setores mais a nordeste como o 22 (bairro de São José Operário) e o 27 (bairro de São Benedito).

O cenário de extremos, na variável domicílios com fossa séptica e com presença de fossa rudimentar, se mostra pouco diferente do que podemos observar nos mapas de renda (Figura 03). Contudo, essa variável possibilita

entender a segregação, além de perspectivas econômicas, uma relação de classes sociais e sua distribuição na cidade, permitindo discutir a segregação a partir de outras abordagens. A presença de banheiros (fossa séptica) ou não (fossa rudimentar) nos domicílios é um dos principais indicadores de qualidade de vida e condições de moradia, pois está associado diretamente com a renda e as consequências repercutem na variação dos indicadores de vulnerabilidade social, como por exemplo, a saúde.

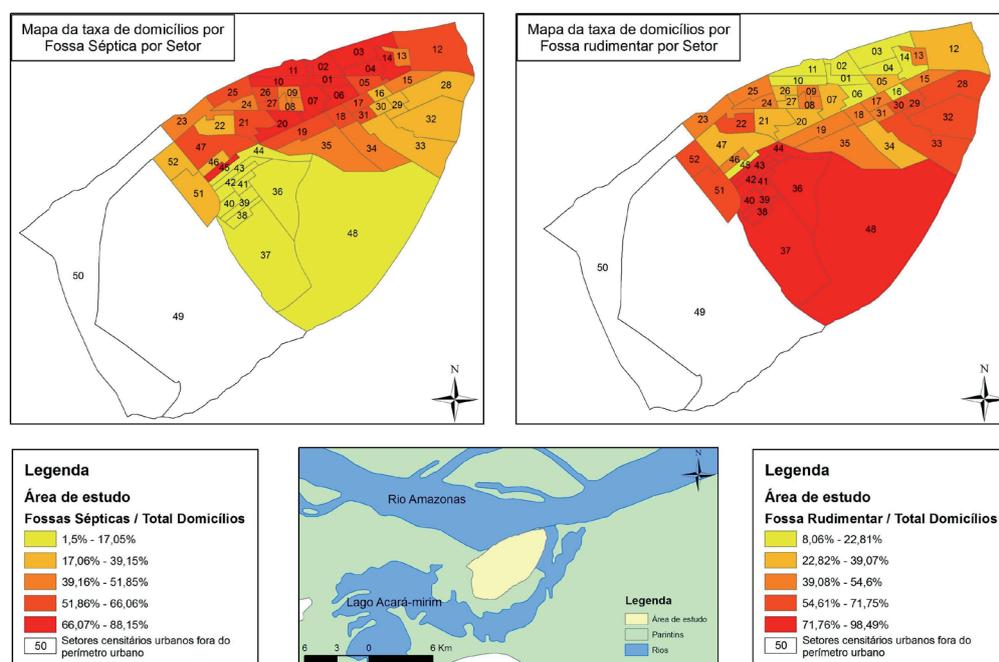


Figura 03 – Mapa de Parintins por taxa de domicílios com fossa séptica e fossa rudimentar por setor.

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE.

Obs.: Base cartográfica dos setores censitários sem referência espacial disponibilizada no sítio do IBGE.

O baixo percentual de fossa séptica e a consequente predominância de fossa rudimentar nos domicílios evidencia uma tendência a uma vulnerabilidade socioambiental, a qual pode ser associada a diversas variáveis causadoras da segregação socioespacial como saúde, educação e renda. Os setores com maior presença de fossa rudimentar estão novamente inseridos nos bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa. Além disso, os mapas nos permitem perceber outro padrão de distribuição socioespacial das variáveis.

A distribuição espacial dos domicílios com

fossa séptica e fossa rudimentar ganha na cidade uma caracterização mais definida. Apesar de haver descontinuidades, há dois extremos de concentração a nordeste e a sudoeste, separados por uma faixa intermediária, diferente da renda que é um pouco mais distribuída socioespacialmente.

Origem dos bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa

A juta (Corchuros Captulares e Corchurus Oletórios) constituiu-se entre 1932-1984 como a

principal atividade econômica para o município de Parintins, a qual trouxe, no seu declínio, não só problemas econômicos, mas também colaborou no aumento populacional da cidade. Em 1930, o então Ministro da Agricultura do Japão, Dr. Uetsuka, cria o Instituto Amazônia, o qual recebe permissão do governo federal brasileiro para fundar em Parintins o Instituto de Estudos Agrícolas para Imigração Japonesa, localizado onde hoje é a Vila Amazônia, interior do município próximo a cidade (ROSAL, 2000).

Tal instituto tinha como objetivo desenvolver a cultura da juta na região, mas devido à fibra não ser nativa, com sementes vindas da Índia, as primeiras experiências tiveram um resultado negativo. Mas nos anos de 1934/35 o colono e técnico agrícola Ryota Oyama conseguiu, por meio de uma série de testes, produzir pés de juta adaptados a região e semelhantes aos indianos. A partir daí o cultivo da juta ganhou interesse não somente dos colonos japoneses, mas também dos ribeirinhos e se tornaria a principal atividade econômica de Parintins.

Na cidade havia duas unidades prensadoras instaladas a Brasmentol Caçapava e a Companhia Têxtil do Castanhal, que trabalhavam no processo de enfardamento da fibra da juta apertando-a em feixes a amarrando-as em fardos de 50 kg. Parte da produção era exportada para as indústrias de Manaus ou exterior e outra parte era vendida para a indústria local.

A Companhia Fabriljuta de Parintins existia desde 1932 e era a indústria de beneficiamento da cidade a qual produzia sacarias, telas, fios de aniagem, tapetes e outros. No ano de 1964, Parintins movimentava nos seus portos cerca de 1/3 a 1/4 da produção estadual de fibra de juta. O ponto máximo da produção do ciclo da juta no Amazonas ocorreu em 1965, com 47.687 toneladas. Contudo, os anos seguintes foram marcados por oscilações e tendência de queda da produção (ROSAL, 2000).

Nas indústrias do Amazonas os custos de produção cresciam, enquanto que a capacidade de absorção do mercado consumidor se reduzia. Rosal (2000) identifica três fatores que foram

responsáveis por isso: trabalho em regime de expressiva capacidade ociosa e dificuldades no capital de giro das fábricas; surgimento do concorrente polipropileno na produção de sacarias em plástico; queda das vendas de sacas para o café devido à diminuição da exportação deste naquele período.

Em Parintins, o ano de 1984 é marcado pelo fim do ciclo da juta, com o fechamento e falência da Companhia Fabriljuta de Parintins. A crise traz para o município graves problemas econômicos, devido à grande importância que a juta exercia. O campo, num período de 1932-1984, atraiu migrantes vindos de outros municípios, estados e países, e se dedicavam em grande parte ao cultivo da juta, cujo fim desestruturou de forma expressiva suas condições de vida.

A década de 1980 marca a inversão populacional, a cidade, pela primeira vez, tem mais habitantes que o campo, muito favorecido pela decadência desse ciclo econômico. Desde então esta realidade se mantém: o esvaziamento da área rural do município e o crescimento populacional da cidade. O primeiro bairro criado após o declínio da juta foi o bairro de Itaúna I que culminou na posterior criação dos bairros de Itaúna II e Paulo Corrêa, todos na área de expansão da cidade.

Para melhor compreender o processo de produção desses bairros é necessário compreender sua geohistória. Nessa análise pretendeu-se desmistificar a idéia de que a produção do espaço por grupos sociais mais pobres são necessariamente favelas, que segundo a tipologia do IBGE são denominadas como: aglomerados subnormais, num espaço construído por um mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado até o período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular), dispostos, em geral, de forma desordenada e densa, e carente, em sua maioria, de serviços públicos especiais.

É claro que, quanto à invasão de terrenos públicos ou privados e carência de equipamentos urbanos e infraestrutura básica, não há o que se questionar, mas quanto à capacidade de or-

ganização e gestão do uso do solo é passível de questionamento. Os movimentos sociais de apropriação do espaço urbano como afirma E. Oliveira (2002) possuem, se potencializados, uma capacidade imensa de transformação da cidade, em um espaço de cidadania para os menos favorecidos e pode-se afirmar nesse caso a moradia como um dos principais exemplos de integração social.

A ocupação da área que viria a ser o Itaúna I, que foi a primeira e sucedeu a criação dos outros dois bairros, iniciou-se com a organização de um grupo de pessoas lideradas pela dona Maria Santarém que reivindicavam um terreno na cidade para construir suas casas. Essas pessoas eram moradores da cidade, que não possuíam terreno ou casa e viviam de favores em casa de parentes e conhecidos, ou seja, percebe-se nesse período um forte índice de mais de uma família por domicílio.

As primeiras reuniões realizadas pelo grupo se deram a partir do dia 30 de novembro de 1990, tendo na primeira o número de 40 pessoas. Tais encontros tinham a finalidade de saber ao certo qual o número de famílias na cidade, que necessitavam e queriam um terreno para morar, também a escolha do local onde seria a ocupação, o qual se definiu como sendo o terreno que hoje é o bairro.

A então fazenda Itaúna de propriedade do senhor Paulo Corrêa, correspondia ao local onde se encontram os bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa e ainda outra parte recentemente ocupada a qual faz divisa com a reserva ambiental do Castanhal. O movimento cresceu e pouco antes da ocupação havia mais de 1000 pessoas. O grupo realizou vários bingos a fim de adquirir financiamento próprio para a ocupação, que ocorreu no dia 24 de janeiro de 1991.

Após a ocupação, foram feitas equipes organizadoras, como a equipe responsável pelo desmatamento e limpeza da área. A equipe de topografia responsável por demarcar todos os terrenos em 7m por 15m, para que coubessem todas as famílias, com ruas largas e bem definidas e espaços para praças, escolas e postos de saúde. A equipe do “júri popular”, respon-

sável por receber os nomes dos interessados, tendo como critério de escolha não possuir nenhum terreno ou casa na cidade, que contava com o apoio dos já participantes para comprovar a real necessidade dos cadastrados. O poder executivo e legislativo, que anteriormente mantiveram resistência, após a ocupação e muita luta do movimento e aliados concordaram com a compra do terreno.

Mas se no bairro de Itaúna I, devido à organização preliminar e os organizadores nela envolvidos, não existem terrenos de tamanho diferentes ou vazios, não se pode dizer o mesmo dos outros bairros de que se seguiram o Itaúna II e o Paulo Corrêa. Não houve nos dois o mesmo rigor em dar terra apenas para quem precisava como aconteceu no primeiro com a criação de uma organização voltada a este objetivo.

Como decorrência disto, houve uma grande especulação por meio de promotores fundiários que adquiriam vários terrenos gratuitamente para vender em seguida. Em consequência, é possível encontrar ainda hoje terrenos vazios nos dois bairros apenas especulando o valor imobiliário. Outro fator chama a atenção que é a forte presença, a partir do bairro de Itaúna II, de migrantes vindos diretamente do campo e de outras cidades, o que nos indica uma intensificação desse processo principalmente no bairro de Paulo Corrêa.

As diferentes origens de cada bairro são importantes na constituição dos grupos sociais ali presentes, o motivo que os levou a ir para a periferia possibilita um melhor diagnóstico dos problemas por eles enfrentados e assim como Marques (2005) analisa na periferia urbana da região metropolitana de São Paulo, há a existência de várias formas de pobreza, graus variados de heterogeneidade social e cumulatividade de carências.

Até pouco tempo os três bairros sofriam problemas sérios de quase ausência de infraestrutura básica e equipamentos urbanos, o que começou a mudar há quatro anos, com programas de intervenção Estatal, vinda de financiamentos do governo do estado, como instalação

de água encanada, luz elétrica, asfaltamento das ruas e criação de postos de saúde e escolas. Apesar do melhoramento desses serviços, que afetam diretamente na qualidade de vida dos moradores, ainda existe uma grande população em graves condições de pobreza, em subempregos decorrentes de fatores como escolaridade ou capacitação profissional, para serviços urbanos como é o caso dos migrantes do interior, que pelos mais diversos motivos, se dirigem a cidade.

A produção da segregação socioespacial nos bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa

Villaça (2001) utiliza como escala de análise para os estudos de segregação os bairros, que segundo ele “tendem a uma homogeneidade muito grande” (VILLAÇA, 2001, p.149), mas compreende essa homogeneidade de forma não completa pela inserção em bairros de classes média e alta de classes mais pobres por meio das favelas. Tais áreas (bairros) tenderiam a se concentrar formando as regiões gerais ou conjunto de bairros.

Segundo Marques (2005) um dos processos de segregação dos grupos sociais em termos socioespaciais é uma homogeneidade interna e heterogeneidade externa na distribuição desses no espaço. Apesar de percebermos um padrão na distribuição dos grupos sociais no espaço intraurbano da cidade de Parintins iniciado a partir do centro, que possui renda mais elevada e com mais domicílios com fossa séptica, decrescendo até a área de expansão, com renda mais baixa e com maior número de domicílios com fossa rudimentar onde se inse-

rem os bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa, mesmo assim, as periferias não são homogêneas, sendo também esses espaços de grupos sociais mais abastados como é o caso do bairro de João Novo.

Em uma cidade média do Amazonas, com população pouco acima de 100 mil, como Parintins uma análise abrangente pode vir a homogeneizar realidades socioeconômicas podendo unir grupos sociais com realidades diferentes. Deste modo, neste trabalho aceitou-se a existência de um padrão geral, porém sustenta-se a existência de graus variados de heterogeneidade social e cumulatividade de carências. Assim, será trabalhado de forma mais específica os bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa⁹, que até então se mostram com uma aparente homogeneidade social, além disso, os três bairros foram subdivididos em setores estabelecidos pela pesquisa (I – Itaúna I; II – Itaúna II; PC – Paulo Corrêa) a fim de se perceber suas homogeneidade e heterogeneidades tanto internas quanto externas.

Na análise da renda média dos domicílios é possível perceber uma heterogeneidade interna nos três bairros que somente um trabalho mais específico pode revelar. Se analisado os bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa apenas a partir da renda média entre 1 e 2 salário mínimo (s/m)¹⁰ pode-se concluir que os três apresentam certa homogeneidade (como foi feito no primeiro momento quando se analisou toda a cidade), contudo se acrescentarmos na análise outras variações de renda percebe-se uma significativa mudança nesse padrão (Figura 04).

9 No mês de fevereiro de 2009 foi aplicado um formulário socioeconômico em 10 por cento dos domicílios de cada bairro, a partir dessa base de dados foram produzidos os mapas temáticos.

10 O salário mínimo no primeiro semestre de 2009, período em que foram coletados os dados, correspondia a R\$ 465,00.

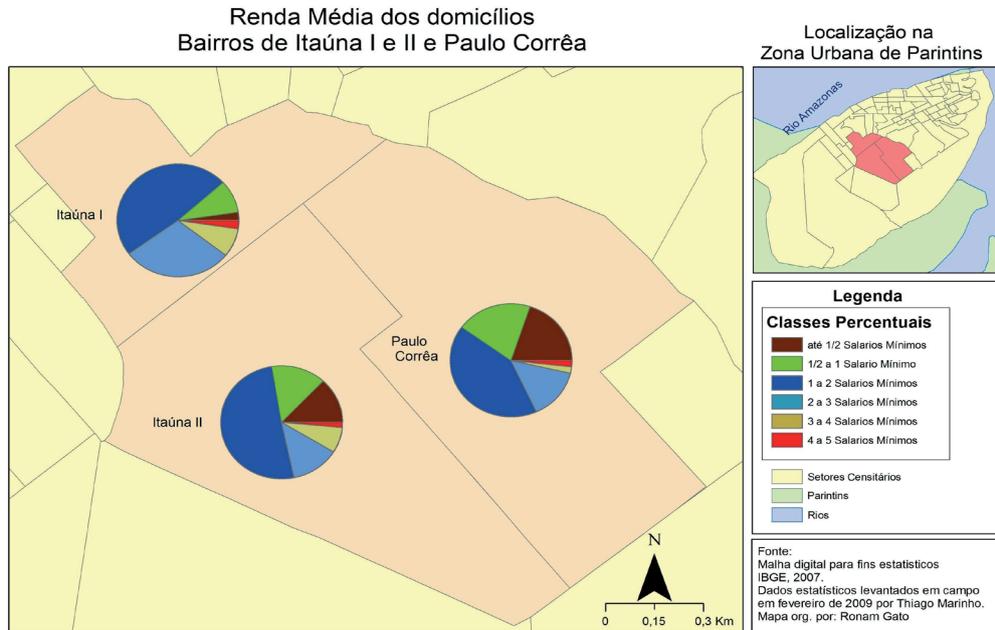


Figura 04 - Renda média dos domicílios dos bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa.

Fonte: Dados coletados em campo em fevereiro de 2009 por Thiago Marinho.

O bairro de Itaúna I possui o maior percentual entre os três bairros de domicílios com renda entre 2 e 3 s/m. No bairro de Itaúna II aumenta o percentual de domicílios com renda até 1/2 s/m e de 1/2 a 1 s/m, com uma diminuição do percentual de domicílios com renda entre 2 e 3 s/m. Por último, o bairro de Paulo Corrêa apresenta o maior percentual dentre os três

bairros de domicílios com renda até 1/2 s/m e de 1/2 a 1 s/m.

Quanto à presença de fossa séptica nos domicílios, os setores 02, 03 e 04 do bairro de Itaúna I se apresentam com maior índice, assim como o setor 01 do bairro de Itaúna II. Em intermédio estão os setores 01 do bairro de Itaúna I e 05 do bairro de Itaúna II (Figura 05).

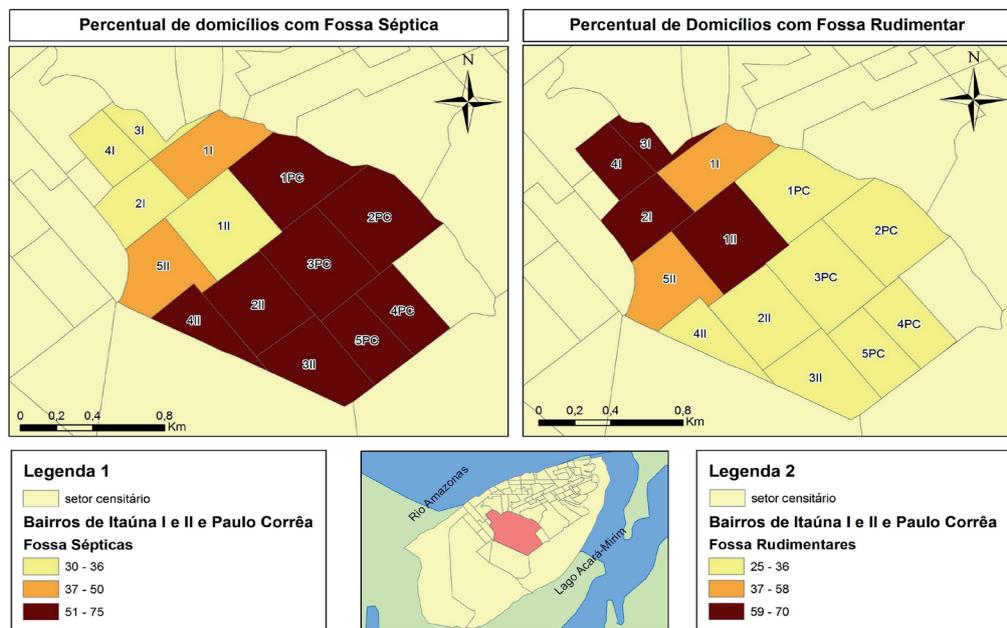


Figura 05 – Percentual de domicílios com Fossa Séptica e Fossa Rudimentar por setores nos bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa.

Fonte: Dados coletados em campo em fevereiro de 2009 por Thiago Marinho.

Obs.: Malha digital para fins estatísticos, IBGE, 2007. Mapa org. por Ronam Gato

De maneira inversamente proporcional encontram os setores com maior número de domicílios com fossa rudimentar. No bairro de Paulo Corrêa, todos os setores (01, 02, 03, 04, 05) se apresentam com maior número de domicílios com fossa rudimentar, além desses, estão também os setores 02, 03, 04 do bairro de Itaúna II. De certa forma não se percebe uma significativa mudança quanto a esse indicador no bairro de Paulo Corrêa entre 2000-2009 o que vem a revelar que quanto à condição de moradia não houve expressivas mudanças, mas por outro lado, revela diferenças significativas entre os três bairros (Figura 05).

Essas análises fortalecem a importância de se perceber a distribuição e distinção dos grupos sociais no espaço urbano, e, além disso, identificar, por meio dos processos de ocupação, suas origens, e carências, a fim de que existam políticas públicas mais eficazes e condizentes com a realidade de cada um.

A Cidade e a Rede Urbana: A educação como modificadora das relações de segregação

A idéia da sociedade organizada em rede é fruto de uma analogia oriunda de uma representação visual que, por ser simples e concreta, funciona como metáfora para a representação do espaço. Esta forma de representação sugere um espaço euclidiano formado por pontos e linhas unidimensional. A simplicidade da figura visual faz com que esta analogia se encaixe, pelo menos na aparência, com grande parte dos processos socioespaciais da contemporaneidade e, em muitas análises das relações socioespaciais do passado. A simplicidade da analogia que funciona como metáfora da representação espacial configura-se no modelo analítico de um número considerável de estudos em sociologia, economia, geografia e demais ciências sociais.

Manuel Castells lança ao final dos anos 90 o livro "A era da informação", sendo o primeiro volume intitulado "A sociedade em rede". Este livro sintetiza uma das principais temáticas para as ciências sociais na última década do século XX: compreender e analisar a socie-

dade em rede.

Na sociedade atual onde as técnicas de informação são as principais bases para a discussão do encurtamento das relações tempo-espaço numa redução de barreiras espaciais (CASTELLS, 2007; HARVEY, 2004; SANTOS, 2000) o termo rede é cada vez mais usado. Atualmente é utilizado tanto como conceito teórico quanto noção empregada pelos atores sociais. A rede, nesse momento, aparece como o instrumento que viabiliza a circulação e a comunicação de tecnologia, capital e matéria prima entre os espaços regionais, nacionais e internacionais. Portanto, têm a função de ligar, sendo os nós os lugares dessas conexões. Apresenta-se deste modo como uma (re)organizadora do território, sendo capaz de criar condições de caráter modificador capazes de transformar a ordem econômica mundial e os territórios.

Corrêa (2005, p. 93) avança mais no estudo das redes urbanas, um tópico importante no estudo de rede, afirmando que é "o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, é, portanto, um tipo particular de rede na qual os vértices ou nós são os diferentes núcleos de povoamento dotados de funções urbanas, e os caminhos ou ligações os diversos fluxos entre esses centros".

Assim como Santos (2008), Corrêa (2005) afirma sobre a superposição de redes que devido à desigual espacotemporalidade dos processos sociais da qual a rede urbana é ao mesmo tempo reflexo e condição, diversos tipos de redes urbanas podem existir dependendo do padrão espacial, a complexidade funcional dos centros e o grau de articulação interna e externa de cada rede. Segundo ele as cidades de uma rede possuem uma hierarquia urbana na qual há uma relação entre hierarquização e especialização que por sua vez torna mais complexa a rede urbana.

Uma das maneiras de se entender a dinâmica urbana é via a classificação das cidades. Classificar as cidades pode significar criar uma hierarquia entre elas, mas pode ser o processo mais direto de entendimento das semelhanças

e diferenças que compõe a rede urbana. Conjuntamente com a classificação, aquela que relaciona as semelhanças e diferenças, pode-se criar uma tipologia urbana.

Essa tipologia pode tomar rumo de uma construção de tipos idéias de estilo Max Weber (Economia e Sociedade) ou pode simplesmente reconhecer padrões de funcionamento e de dinâmica urbana e categorizá-los em tipos. É dessa segunda alternativa, a classificação que relaciona semelhanças e diferenças e a tipologia que reconhece padrões, que se estende o estudo da tipologia urbana para a Amazônia. Nessa perspectiva o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB) propõe uma Tipologia para as cidades ao longo da calha do rio Solimões-Amazonas.

Para tanto, foi delimitado um conjunto de arranjos institucionais a fim de, se analisados harmonicamente, estabelecer uma hierarquia urbana que pudesse ir além das utilizadas para definir uma tipologia urbana, tal qual a utilizada pelo IBGE que leva em consideração apenas o critério populacional.

Os arranjos institucionais são eleitos pelo projeto supracitado que dizem respeito a: dinâmica populacional; relações intraurbana e inteurbana, serviços e comércio; tendências locacionais das atividades produtivas; arrecadação de impostos; insumos para a cesta básica regionalizada; índice da construção civil; produtos extrativistas; políticas sociais, ONGs e práticas religiosas; infraestrutura urbana (SCHOR & COSTA, 2007).

A partir dessa análise classificou-se as cidades localizadas ao longo da Calha dos rios Solimões-Amazonas/AM em cidades médias: de responsabilidade territorial ou com dinâmica econômica externa e cidades pequenas: de responsabilidade territorial, com dinâmica econômica externa ou dependentes. Neste contexto a cidade de Parintins se insere nas cidades médias de responsabilidades territoriais que segundo Schor & Costa (2007) são

cidades que:

Exerce uma função na rede que vai além das suas características em si, pois detém uma responsabilidade territorial que a torna um nóculo importante internamente na rede. Exerce diversas funções urbanas e contém arranjos institucionais que são importantes não só para o município, mas para as cidades e municípios ao seu redor. A importância territorial da cidade tem origem no desenvolvimento histórico-geográfico que constituiu a rede urbana nesta região (SCHOR & COSTA, p.13).

A dinâmica migratória dos chefes dos domicílios que nasceram fora do município de Parintins dos bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa configura uma rede urbana que vai além dos limites estaduais, anexando a rede de Parintins os municípios de Oriximiná, Óbidos, Terra Santa e Juruti (Velho e Novo) que estão localizados no estado do Pará (Figura 06).

Esse processo migratório, em que Parintins é o pólo atrativo dessa rede urbana, se deve ao desenvolvimento histórico-geográfico do município iniciado com o ciclo da juta e atualmente tem como responsável o Festival Folclórico do Boi-Bumbá. Os atrativos econômicos decorrentes desse ciclo econômico atual fazem com que o município fortaleça sua posição de segunda cidade do estado do Amazonas tanto no setor econômico quanto no setor demográfico.

Apesar de algumas cidades como Coari se destacarem mais recentemente pela extração do gás natural e aquisição dos royalties da Petrobrás e, desse modo, possuir uma forte dinâmica econômica externa, os vínculos com as demais cidades de sua rede não são necessariamente fortes, nem seu desenvolvimento econômico implicará em um desenvolvimento regional significativo, pois a atividade econômica responsável pelo seu desenvolvimento não agrega valor nem no local nem regionalmente.

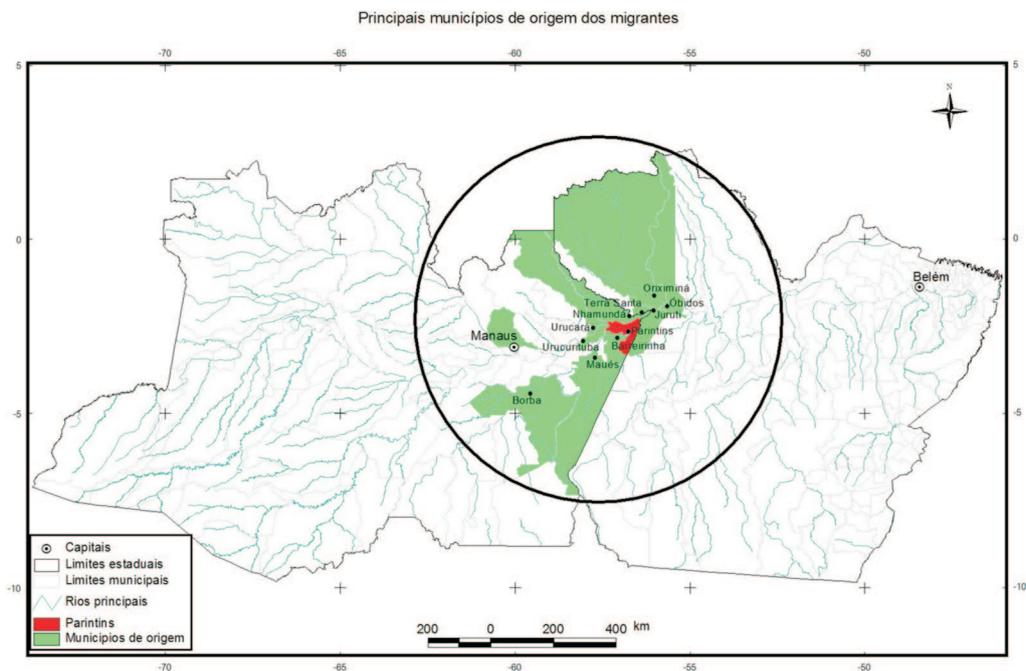


Figura 06 – Origem dos chefes de domicílios nos bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa.

Fonte: Dados coletados em campo em fevereiro de 2009 por Thiago Marinho.

Além do desenvolvimento histórico-geográfico do município de Parintins, a busca por determinados arranjos institucionais presentes nesse, evidenciam um fortalecimento de uma nova dinâmica migratória na qual tem como objetivo a busca pela qualificação via Educação. A educação e a busca por emprego se destacam em todos os três bairros como os principais motivos de migração dos chefes de domicílios não nascidos na cidade de Parintins. No bairro de Paulo Corrêa a variável

educação se mostra muito superior à busca por emprego (Gráfico 01).

O motivo da dinâmica populacional presente nesses três bairros localizados na área de expansão da cidade configuram uma heterogeneidade externa muito importante na caracterização das cumulatividades de carências não somente de cada bairro, mas também da rede urbana de Parintins.

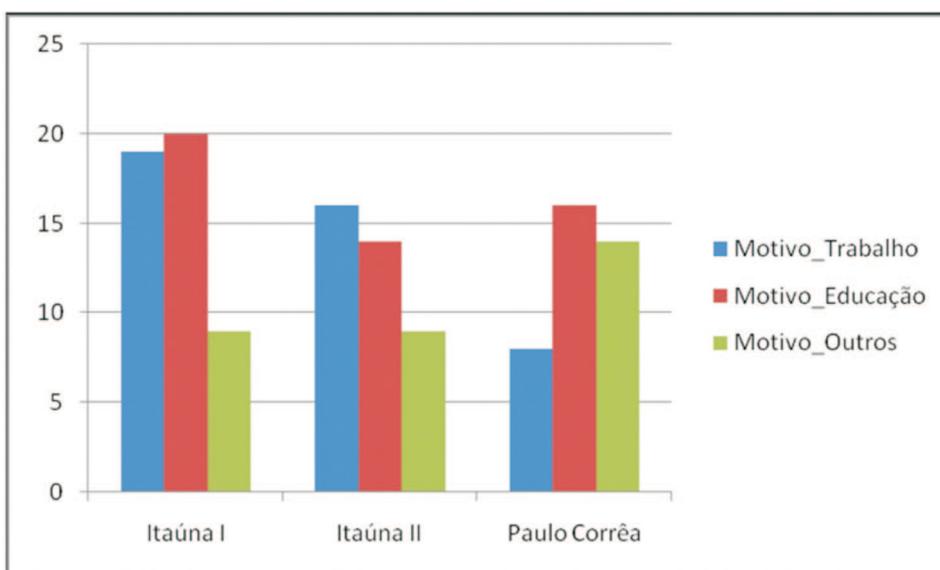


Gráfico 01 – Motivo da migração para a cidade de Parintins dos chefes de domicílios dos bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa.

Fonte: Dados coletados em campo em fevereiro de 2009 por Thiago Marinho.

A busca por educação nesse caso não é para os chefes de domicílios, mas para os seus filhos. Essa dinâmica revela a educação como um forte modificador das relações de segregação não somente para Parintins, mas também para os outros municípios que compõem sua rede. Em um paralelo renda/educação, o bairro de Paulo Corrêa apresenta um percentual maior de domicílios dentre os três bairros com renda inferior a um salário mínimo e possui o maior índice de migração por motivo de educação. Isso mostra o desejo dos grupos sociais mais pobres, do interior do município e cidades ao redor de Parintins, em mudar as condições socioeconômicas de sua família via educação.

Considerações Finais

O crescimento das cidades é um fato que se evidencia cada vez mais no mundo com tendência de uma crescente urbanização populacional. No Brasil, os anos de 1970-1980 foram marcados pela forte migração campo-cidade, onde pela primeira vez na história a cidade teve mais habitante que o campo. Muitos foram os motivos que levaram a essa inversão populacional, para a cidade de São Paulo, por exemplo, isso se deve a sua história de industrialização no cenário nacional (MOTTA et al. 1997).

Em Curitiba, muito se deve a expulsão do pequeno camponês pelas grandes proprietários rurais e pelas hidrelétricas (E. OLIVEIRA, 2002). O que de fato aconteceu e esta acontecendo é um inchaço urbano, no qual a periferia urbana é o destino da grande massa de migrantes, vivendo muitos em situação de pobreza e com sérios problemas de precariedade de equipamentos urbanos e infraestrutura básica. Mas, entender a periferia urbana apenas como espaço dos excluídos não propicia um melhor entendimento dos grupos sociais ali presentes, assim como suas reais necessidades.

Os estudos urbanos, por muito tempo, entenderam a periferia urbana como um espaço homogêneo. Na verdade, entender nessa perspectiva é ocultar especificidades cruciais nas análises sobre as origens, causas e consequências da segregação socioespacial, assim como diluir

no todo grupos sociais distintos com carências distintas. Outro problema paralelo a esse é o entendimento a respeito de segregação, numa visão apenas de concentração e localização de classes sociais no espaço intraurbano.

É necessário ir além da identificação de áreas onde os grupos sócios se localizam, mas identificar numa heterogeneidade das periferias (no plural porque não pode ser entendida como uma, mas várias) e dos grupos sociais, os elementos produtores de segregação socioespacial, a fim de produzir a partir daí possíveis alternativas.

Na cidade de Parintins se percebe que, mesmo diminuindo a escala de análise sobre segregação, é possível visualizar um padrão na distribuição dos grupos sociais no espaço intraurbano numa relação renda e condições de moradia. O bairro centro, a nordeste, possui o maior percentual de domicílios com renda mais alta e com fossa séptica, configura-se como o ponto de partida da qual segue uma faixa intermediária chegando à área de expansão da cidade, a sudoeste, com maior percentual de domicílios com renda mais baixa e com fossa rudimentar.

Contudo, a periferia urbana de Parintins também não pode ser vista de forma homogênea com presença de grupos sociais mais abastados como é o caso do Bairro João Novo e, além disso, até mesmo os grupos sociais mais pobres não podem ser vistos nessa homogeneidade, suas geohistórias, renda e condições de moradia denunciam uma heterogeneidade externa entre os bairros de Itaúna I, II e Paulo Corrêa. A renda e as condições de moradia denunciam cumulatividades de carências em tipos e graus variados nesses bairros.

Além disso, pode-se perceber uma possível resposta a uma segregação de serviços nas cidades que compreendem a rede urbana de Parintins com a migração motivada pela aquisição de educação. Isso se evidencia de forma mais clara no bairro de Paulo Corrêa em que o percentual de migração por educação é quase que o dobro do que pela busca por trabalho. A busca por educação dos chefes de domicílios

para os seus filhos configura o desejo dos grupos sociais mais pobres, do interior do município e cidades ao redor de Parintins, em mudar as condições socioeconômicas de sua família via educação.

Os estudos sobre segregação no Brasil são essencialmente metropolitanos e seguem basicamente um triângulo espacial que são as metrópoles de São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. Tais análises estabelecidas, tanto na escala quanto no contexto histórico, social e econômico, são insuficientes para compreender as cidades da Amazônia. Este artigo vem, então, contribuir para a análise da segregação socioespacial nas cidades médias e pequenas da Amazônia Brasileira.

Referências

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BROWDER, John O. & GODFREY, Brian J. **Cidades da floresta**. Tradução: Gisele Vieira Goldstein e Joscilene Souza. Manaus: EDUA, 2006.

CORRÊA, R.L. **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTELLS, M. A **Sociedade em Rede**. 10ed. Tradução: Roneide Venancio Majer e Klaus Brandini Gerhardt. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Vol.1, 2007.

ESTATÍSTICA, Instituto Brasileiro de geografia e. **Censo Demográfico de 2000 e 2007**.

_____. **Censo Agropecuário de 1996-2007**.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 13ed. Tradução: Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonalves. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Oxford: Blackwell, 1996.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza e da ação do Esta-

do. IN: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005.

_____. Espaços e grupos sociais na virada do século XXI. IN: MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (org.). **São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais**. São Paulo: Senac São Paulo, 2005.

MOTTA, Diana Meirelles da. et al. “A dimensão urbana do desenvolvimento econômico – espacial brasileiro”. Textos para discussão no. 530. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1997.

OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **Da cidade planejada a cidade espoliada**. Araraquara: UNESP, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na Selva**. Manaus: Valer, 2000.

ROSAL, Emmanuel Cunha. Uma análise sobre o ciclo da juta no município de Parintins. 2000. **Monografia de Conclusão de Curso** – Faculdade de Estudos Sociais, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço**. 4ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHOR, Tatiana; COSTA, Danielle Pereira da. Rede urbana na Amazônia dos grandes rios: uma tipologia para as cidades na calha do Solimões-Amazonas-AM. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA**, N. 10, 2007, Florianópolis. **Trajetórias da Geografia Urbana no Brasil: Tradições e Perspectivas**. Florianópolis: UFSC, 2007.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da & TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs.). **Cidades Ribeirinhas na Amazônia: Mudanças e Perspectivas**. Belém:EDUFPA, 2008

Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/AM

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

Resumo

Este artigo visa discutir a segregação socioespacial nas cidades da Amazônia Brasileira tendo como ponto de partida a cidade de Parintins, no estado do Amazonas, mas específico na periferia que representa a área de expansão da cidade. A análise da segregação socioespacial se dá a partir da construção de mapas temáticos gerados por dados disponibilizados pelos IBGE e do estudo detalhado de três bairros. Os mapas temáticos estão relacionados à renda dos domicílios, condições de moradia, e dinâmica populacional. Esses dados proporcionaram fazer uma análise dos processos de Segregação Socioespacial, Dinâmica Populacional e Rede Urbana na cidade de Parintins.

Palavras Chaves: Segregação Socioespacial; Dinâmica Populacional; Rede Urbana-Educação; Parintins-AM.

Abstract

This article discusses the socio-spatial segregation in cities of the Brazilian Amazon and has as its starting point the city of Parintins, in Amazonas state, but specific in the outskirts what represent the area of the city's expansion. The analysis of segregation starts from the construction of thematic maps generated from data provided by IBGE and the detailed study of three neighborhoods. Thematic maps are related to the income of households, housing conditions, and population dynamics. From these data if analyzed the processes of spatial segregation, Population Dynamics and Urban Network in the city of Parintins.

Keywords: Sociospace Segregation; Population Dynamics; Urban Network-Education; Parintins-AM.